

Tribuna Operária

ANO VIII - Nº 299 - DE 2 A 8 DE FEVEREIRO DE 1987

Cz\$ 3,50



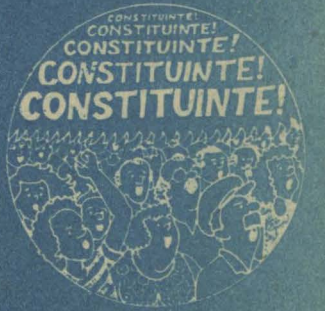
PC do B em oposição aberta ao governo

Para o Partido Comunista do Brasil - PC do B - colocar-se em oposição clara ao governo é a forma correta de fazer a mobilização política no sentido democrático e antiimperialista. O Diretório Nacional do partido esteve reunido em Brasília, na semana pas-

sada, quando assumiu esta nova postura. Segundo João Amazonas, presidente nacional da agremiação, "o nosso partido entra numa nova fase de sua construção política".

As resoluções do encontro na pág.3

Constituinte: o país inicia uma nova etapa



Nas páginas centrais, a saga da Constituinte e os desafios para garantir sua soberania.

Articulação progressista

Trava-se hoje uma intensa batalha política em nosso país. A grande burguesia, com as rédeas do poder nas mãos, cuida de consolidar um novo regime, diferente da ditadura militar, de fachada liberal, mas autoritário, que limita o direito de organização popular e as liberdades democráticas. De outro lado, as forças democráticas e populares procuram as formas concretas para dar continuidade e aprofundar as mudanças iniciadas com as jornadas das diretas-já.

Neste processo, o governo Sarney, que representa objetivamente as classes dominantes, consolida-se cada vez mais na posição política de centro, com tendência para a direita. O PMDB, que desempenhou papel relevante contra a ditadura militar, toma a feição de um partido conservador, colocando cada dia novas restrições aos setores progressistas que ainda restam no seu interior.

Nesta situação tem enorme importância a orientação política adotada pelo Partido Comunista do Brasil em sua reunião realizada em Brasília nos últimos dias 28, 29 e 30. Acompanhando a evolução do processo político, os comunistas, que já vinham criticando as medidas antipopulares e as cedências do governo ao capital estrangeiro, orientam-se para uma oposição aberta ao governo. Ao mesmo tempo, mostrando que existe uma alteração do quadro de alianças políticas no país, o PC do B aponta no sentido de uma articulação progressista, que, na oposição ao governo e no combate às maquinações dos reacionários e do imperialismo, crie uma alternativa de poder apoiada na mobilização de massas.

Demonstrando grande maturidade, a tradicional organização de vanguarda do proletariado adverte que não se trata simplesmente de buscar uma substituição imediata do governo

Sarney - o que levaria, na opinião dos comunistas, com a atual correlação de forças, à formação de um governo igual ou pior ao atual. A tarefa é construir uma frente de oposição e de luta em defesa dos interesses populares e metas democráticas e populares. Nesta luta, incorporar as amplas massas nos embates políticos, organizar e conscientizar o povo e abrir espaço para um governo diferente, capaz de concretizar as mudanças de fundo que a nação reclama.

Os comunistas indicam também que esta frente democrática e progressista, atuando dentro e fora do plenário, apoiada num poderoso movimento popular em prol das mudanças, terá papel importante na atividade da Assembleia Nacional Constituinte. Neste terreno, desde a instalação, trava-se uma luta acirrada. A grande burguesia quer reduzir o papel da Constituinte a pouco mais de um corpo técnico para retocar velhos conceitos e dar-lhes uma nova ordenação, escrevendo com isto a nova Carta Magna. O povo, pelo contrário, quer a Constituinte com o poder soberano, o poder maior da nação que, ao se instalar, coloca como provisórias todas as instituições.

A burguesia não quer nem mesmo admitir que as coisas estabelecidas estejam em discussão. Sequer o fato dos conservadores terem a ampla maioria da Constituinte a deixa tranqüila. Para os trabalhadores, pelo contrário, mesmo com a composição desfavorável, interessa explorar ao máximo a instabilidade criada e as possibilidades de mudanças.

As posições firme e unitárias adotadas pelos comunistas, sua disposição de entendimento e a atuação conjunta com as mais diversas correntes políticas visando a conquista de posições democráticas e progressistas, jogarão papel de grande importância na luta de nosso povo.



Os trabalhadores de baixa renda, empurrados para a periferia da cidade, são as principais vítimas das inundações

Há quem lucre com as cheias em São Paulo

Existe solução para as inundações na capital paulista, mas afetaria interesses poderosos. P.8

Realinhamento impulsiona a inflação e sacrifica os trabalhadores

O governo cedeu à pressão dos empresários e aumentou preços e manteve os juros livres. P.4

Eletricitários de São Paulo avaliam os resultados da paralisação

Para as lideranças da categoria, a principal vitória da greve em S. Paulo foi política. P.6



Assembleia Popular: uma das maneiras do povo participar do poder na Albânia

Uma eleição diferente: a Albânia vai às urnas

Os albaneses vão às urnas no próximo dia 1º, eleger os deputados da Assembleia Popular. Trata-se de importante acontecimento político para o povo albanês. Mais uma demonstração da unidade dos trabalhadores para levar à frente a construção do socialismo e do comunismo, tendo como instrumento a democracia socialista em ação.

A Assembleia Popular é, na Albânia, o órgão máximo de poder estatal. Os deputados que a compõem são eleitos diretamente. Além da elaboração das leis, elegeu o presidente da Assembleia - o qual exerce as funções de chefe de Estado - e o governo do país - o primeiro ministro e demais ministros. A Assembleia Popular é quem aprova o plano de desenvolvimento econômico e social do país no quinquênio em curso, que ganha, desta forma, caráter de lei. Assim, o governo deve pautar toda sua atuação por um plano amplamente discutido e aprovado pelo povo nos sindicatos, empresas, bairros etc..

A escolha dos candidatos a deputado faz-se da forma mais ampla e democrática possível. Realiza-se através da Frente Democrática, que é uma organização política de caráter amplo, oriunda da Frente de Libertação Nacional da época da luta do povo contra os ocupantes nazifascistas nos marcos da II Guerra Mundial. A Frente Democrática-dirigida pelo Partido do Trabalho

da Albânia (PTA) - tem como missão a educação política do povo. É principalmente através dela que o povo participa do governo do país. Assim, a Frente Democrática organiza, em cada distrito eleitoral, as reuniões de avaliação da atual legislatura, de discussão das novas tarefas e de escolha dos candidatos a deputado. O deputado eleito não leva à Assembleia Popular unicamente suas opiniões, mas expressa as aspirações e necessidades de todos os trabalhadores.

ELEIÇÕES DIFERENTES

As eleições na Albânia diferem das que ocorrem no mundo capitalista. É que o Estado albanês é de tipo oposto ao nosso. Lá existe a ditadura do proletariado, regime político superior de liberdade e bem-estar para os trabalhadores, tendo em sua direção a classe operária. O Estado albanês tem como alicerce a aliança militante entre a classe operária e o campesinato cooperativista para vencer as pressões e bloqueios imperialistas, vencer os inimigos internos e levar adiante a obra socialista.

Na Albânia, os meios de produção estão concentrados nas mãos dos operários e demais trabalhadores. Isto implica no caráter democrático do Estado. Um Estado a serviço da classe operária e sua luta e sob seu controle. Na Albânia o nível de vida sobe constantemente, a liberdade de opinião, de reunião, o direito ao trabalho etc., existem na prática. Não somente nas formulações

jurídicas como em alguns Estados capitalistas ditos democráticos onde quem realmente tem liberdade são os magnatas, donos da vida de milhões de pessoas que se revesam no poder via "eleições" ou mesmo golpes de Estado. No sétimo quinquênio - 1981/1985 - o produto social albanês cresceu 19% frente ao quinquênio anterior. No oitavo quinquênio - 1986/1990 - o ritmo de crescimento econômico deverá ser de 2 a 3 vezes superior ao crescimento da população.

A chave dos êxitos dos albaneses encontra-se na sábia direção do PTA e na unidade do povo. Unidade forjada nos anos da luta de libertação do país dos ocupantes facistas; unidade reforçada incessantemente com os passos gigantes dados na construção do socialismo. O desenvolvimento incessante, estável e a ritmos elevados da economia e da cultura, o aperfeiçoamento constante das relações socialistas de produção; a elevação do bem-estar material e do nível cultural dos trabalhadores, tudo isto é devido ao poder popular. Vincula-se à massiva participação do povo no governo do país, à democracia socialista.

São estes condicionantes históricos que fazem das eleições na Albânia um elemento de fortalecimento da soberania popular. É por isso que o povo albanês vota, na sua quase totalidade, nos candidatos da Frente Democrática para garantir o presente de liberdade e o futuro ainda mais radiante e feliz.

(Agenor Silva)

Aquino escapa de novo golpe

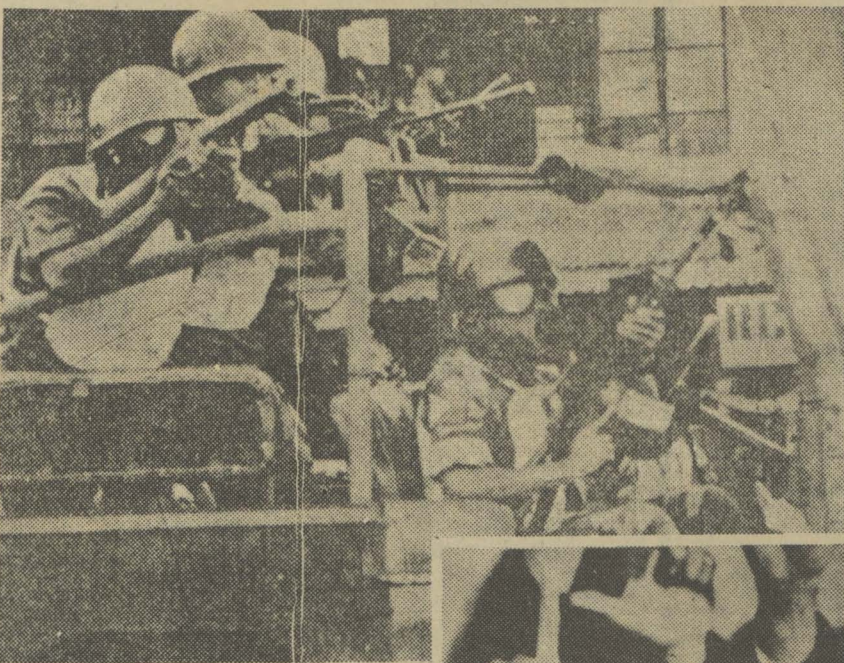
Na semana passada a presidenta das Filipinas, Corazón Aquino, enfrentava a terceira tentativa de golpe de Estado visando desalojá-la da chefia do governo, que assumiu em fevereiro do ano passado.

Desta vez foram 400 soldados e oficiais em armas que tentaram se apossar do poder, todos eles ligados ao ex-ditador Ferdinand Marcos. A tentativa de golpe se deu em meio a protestos populares contra o massacre - perpetrado pelo Exército - de uma manifestação pela reforma agrária, ocorrido dias antes. Na segunda-feira, dia 26, 15 mil filipinos manifestaram, diante do palácio do governo, seu repúdio contra o assassinato de 15 camponeses no ato pela reforma agrária.

Cory está em campanha pelo país para a aprovação da nova Constituição. Em sua ausência, os militares decidiram "comandar". Além de atirar numa manifestação de camponeses, desafiaram abertamente a autoridade da presidenta. O chefe dos fuzileiros admitiu que a presidenta não ordenou os disparos, justificando que "nós estamos no comando aqui, não precisamos de nenhuma ordem presidencial".

SITUAÇÃO DIFÍCIL

O governo de Corazón Aquino enfrenta uma situação difícil. Se, por um lado, foi conduzida ao poder pela mobilização de amplas massas contra o ditador Ferdinand Marcos, por outro lado, o processo envolveu uma série de negociações com setores do antigo regime e o imperialismo americano. A situação atual apresenta o paradoxo onde o povo tem expectativa da democratização do país, mas no governo estão



Militares massacram camponeses e tentam derrubar Corazón (ao lado)

diversos militares que foram braços armados da ditadura de Marcos. E as bases militares norte-americanas permanecem no país, numa afronta à soberania nacional.

TENSÃO POLÍTICA

Provavelmente, estes últimos acontecimentos levarão a situação política do país a um clima tenso. O frágil processo de democratização do país corre perigo com a relativa complacência de Aquino com os militares de direita. Fato mais curioso, que evidencia as contradições dentro do governo, foi a participação de vários ministros na manifestação de segunda-feira. Por várias vezes, o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Fidel Ramos, pedia a demissão dos "ministros incompetentes". Os ministros que o militar se referiu são justamente estes que estão contra a permanência da direita no governo.

Já a guerrilha do NEP (Novo Exército do Povo), dirigida pelo PC das Filipinas, em represália ao



massacre dos camponeses, suspendeu as negociações que mantinha com o governo. E o próprio cessar-fogo corre o risco de ser suspenso.

E, assim, neste clima espera-se uma definição de Cory, ou assume os compromissos de real democratização do país, afastando os direitistas do governo e promovendo mudanças profundas, ou se rende às pressões dos militares. O povo cobra da sua presidenta aquilo que prometeu na campanha e na tomada do poder.

(Dennis de Oliveira)

Direita alemã perde votos mas ganha pleito

A coalizão de direita que governa a Alemanha Ocidental desde 1982 conseguiu, como se esperava, manter-se em maioria nas eleições do dia 25. Mas o resultado das urnas trouxe surpresas: a democracia cristã do chanceler Helmut Kohl perdeu votos, assim como a oposição social-democrata, enquanto o Partido Verde cresceu mais que qualquer outro, com os votos dos jovens.

No dia seguinte às eleições, a sede da União Democrata Cristã (CDU) não parecia a do partido vitorioso. Helmut Kohl o chanceler que manteve o cargo, saiu de uma reunião com os dirigentes do partido e declarava à imprensa: "Como democratas-cristãos, não atingimos nosso objetivo". Ao invés de festejar sua segunda vitória eleitoral seguida, a CDU tentava encontrar as causas de ter perdido 5,5% dos votos em relação às eleições legislativas de 1983, quando obteve sozinho 48,8%.

Após quatro anos de governo, Kohl pôde apresentar aos eleitores uma situação econômica privilegiada em relação aos demais países capitalistas: a mais baixa taxa de inflação (-0,2% em 1986), saldo comercial recorde de 110 bilhões de dólares (e a posição de primeira potência exportadora) e crescimento regular do Produto Interno Bruto. Seu lema de campanha foi um espelho do otimismo reinante entre os democratas-cristãos: "Pra frente, Alemanha!".

Com estes resultados, Kohl esperava não só manter no governo a CDU e sua seção da Baviera, a CSU (União Social Cristã). Os democratas-cristãos tinham como objetivo conseguir mais que a maioria dos votos e formar sozinhos o novo governo, dispensando a coalizão até então mantida com o pequeno, porém decisivo, Partido Liberal Democrata (FDP). A CDU-CSU, porém, não passou de 43,3%, enquanto os liberais cresceram de 7% para 9,1%.

Kohl passou a trocar acusações com o líder da CSU bávara, o ultradireitista Franz-Josef Strauss, sobre quem foi o culpado pela perda de espaço na coligação para os liberais. Mas, além de brigas, o crescimento do FDP deverá provocar ainda reflexos na orientação política do novo gabinete. Durante a campanha eleitoral, Strauss atacou duramente o ministro do Exterior Hans-Dietrich

Genscher, presidente do FDP, que manteve uma política externa cautelosa em relação ao Leste europeu, particularmente em relação à URSS e à Alemanha Oriental. Strauss nunca escondeu que queria para si a pasta, a fim de imprimir também nela a política da "virada" conservadora - lema da coalizão para a economia. Os resultados não foram especialmente sorridentes para o governador da Baviera, que terá certamente de esperar mais pelo sonhado ministério.

Se causou abalos no seio da coalizão de governo, o resultado das eleições também mexe com as duas forças de oposição parlamentar. A tradicional social-democracia, desalojada do governo em 1982 pelos conservadores, perdeu mais um ponto percentual em comparação com 1983, passando a 37%. Enquanto isso, o jovem Partido Verde, que há quatro anos ingressou pela primeira vez no Bundestag (o parlamento alemão), pulou de 5,6% para 8,3% passando de uma bancada de 27 deputados para 42.

Apesar de pouco expressivo em termos numéricos, o recuo do SPD, o mais antigo partido em atuação na Alemanha Ocidental, não deixa de ser um sinal. Depois de passar 13 anos no governo sem operar qualquer mudança na estrutura social e econômica do país, a social-democracia parece não mais conseguir se apresentar como alternativa real ao governo de direita. Particularmente os jovens eleitores começam a expressar seu descontentamento através do voto nos ecopacifistas do Partido Verde.

O crescimento súbito colocou para o PV alemão, por outro lado, problemas novos de diversas ordens. Com uma bancada reforçada, os verdes pretendem ocupar uma das vice-presidências da Câmara dos Deputados e integrar todas as comissões parlamentares. Setores do partido, porém, argumentam que este maior engajamento parlamentar descaracterizaria sua origem como movimento social, mais que partido político. Os verdes, que colocaram como carro-chefe de sua campanha eleitoral o fechamento de usinas nucleares, a punição das indústrias químicas poluentes e a retirada da Alemanha da OTAN, encontram-se, portanto, diante da encruzilhada entre limitar-se à contestação ou engajar-se na política no dia a dia. (SQ)



Kohl foi derrotado nos centros operários

Leia, assine e divulgue Princípios

PRINCÍPIOS, revista teórica, política e de informação. Preço do exemplar: Cr\$ 30,00. Pedidos à Editora Anita Garibaldi, av. Brigadeiro Luís Antônio, 1.511, São Paulo, Capital, CEP 01317. Fone 251-2729. Faça sua assinatura (quatro números) por apenas Cr\$ 100,00. Envie cheque nominal no valor da compra.

Princípios

Democracia e Ditadura do Proletariado
Participação e Direitos da Mulher

Centro de Documentação e Memória
Fórum de Ideologia



Reagan apela à amnésia mas cai em descrédito

O presidente Ronald Reagan viu-se obrigado, na semana passada, a quebrar o seu silêncio sobre o escândalo da venda de armas para o Irã e remessa de dinheiro para os contra-revolucionários da Nicarágua - feitos que passaram por cima do Congresso e das leis norte-americanas. No seu discurso sobre o "Estado da União", dia 27, o chefe da Casa Branca assumiu a responsabilidade pelo tráfico de armas com o Irã e ainda afirmou que os EUA "não ficarão de braços cruzados" vendo seus interesses ameaçados no Oriente Médio - declaração arrogante, de desrespeito generalizado aos povos da região.

Um dia antes, na segunda-feira, perante uma comissão nomeada por ele próprio para "investigar" o escândalo Irã-contras, Reagan caiu em contradições. A começar pelo fato de que "não se lembra" de uma série de fatos relacionados com a negociação. E ainda afirmou desconhecer que Israel havia sido autorizado por ele, Reagan, a entregar armas norte-americanas ao Irã - foi o próprio Reagan que revelou este episódio à imprensa, em dezembro do ano passado.

Enquanto o presidente vive seus dias de amnésia em amnésia, sua popularidade despensa. Segundo o "New York Times" e a CBS-TV, 75% dos norte-americanos acham que ele não tem mais condições de governar, e 57% acham que ele mente no caso Irã-contras. Um presidente desmoralizado.

Greve contra o FMI pára a Argentina

Quase a totalidade dos operários argentinos não foram trabalhar no dia 26. A greve geral, convocada pela CGT, paralisou 95% do cinturão industrial de Buenos Aires - o mais importante do país. Em Córdoba, a Fiat e Renault operaram com pouco mais de 30% de funcionários. Segundo os sindicalistas, 85% dos argentinos pararam (o governo diz que foi 50%, mas a visão da capital, Buenos Aires, deserta na segunda-feira desmentia esta avaliação). Segundo a CGT, a greve foi "um duro golpe para a política econômica do governo, que despreza a classe trabalhadora e vive atrelada ao Fundo Monetário Internacional". Os trabalhadores reivindicaram, com o movimento, um reajuste salarial e um trabalho "mais nacionalista para a questão da dívida externa, calculada em 55 bilhões de dólares", segundo a central sindical.

Horas depois do encerramento da greve, o governo fez um convite formal aos partidos de oposição para estabelecer um "pacto social" e o ministro do Trabalho, Hélio Buarque, afirmou que o governo não cederá um milímetro em sua política econômica. Então, quem pagará o "pacto"?

Novas orientações do PC do B

O PC do B é oposição ao governo federal. Esta é a conclusão mais importante da reunião nacional que a Comissão Diretora Provisória do partido realizou entre os dias 28 e 30 de janeiro, no Centro de Convenções de Brasília. O evento contou com a presença de delegações dos diretórios regionais dos 22 Estados, dos três Territórios e do Distrito Federal.

Mas a conclusão não foi só esta. Aprofundando-se na análise do quadro político do país, a reunião discutiu o caminho percorrido pela Nova República, desde sua instalação; avaliou detalhadamente os resultados das últimas eleições, em especial a conduta dos comunistas; discutiu as múltiplas pressões de que o governo é alvo e a instabilidade da atual situação política; estabeleceu a posição dos comunistas diante da Assembléia Nacional Constituinte e debateu os passos necessários para que as forças progressistas alcancem unidade e possam apresentar-se como alternativa de poder. Por fim, discutiu a necessidade de reestruturar de maneira nova a atividade partidária.

A **Tribuna Operária** traz nessa edição uma síntese do informe apresentado no início da reunião pelo presidente nacional do PC do B, João Amazonas. Também apresenta a avaliação da direção do partido sobre os êxitos e os resultados adversos verificados na última eleição.

“Colocar-se em oposição clara ao governo é a forma correta de fazer política no sentido democrático e antiimperialista”

“Na atualidade o Partido Comunista do Brasil coloca-se em oposição clara ao governo federal. É a forma correta de fazer a mobilização política no sentido democrático e antiimperialista e de ajudar as massas populares a avançar em sua luta libertadora”. Este trecho, um bom resumo da posição atual dos comunistas frente à Nova República, consta do informe da Direção Nacional do partido - um documento de cerca de 30 laudas apresentado logo no início dos trabalhos da reunião de Brasília.

Antes de apresentar tal posição, porém, o informe traça uma avaliação detalhada sobre o caminho percorrido pelo governo do presidente Sarney desde sua instalação. “Com a substituição dos generais do Planalto - afirma - iniciou-se o chamado período de transição”. Um período que na opinião dos comunistas foi contraditório em seu início. O informe destaca que o governo adotou medidas positivas, como a legalização provisória dos partidos clandestinos, a extinção do Colégio Eleitoral, a adoção de eleições diretas em todos os níveis e a tolerância quanto a existência de duas centrais sindicais. Ao mesmo tempo, no entanto, manteve no Ministério elementos reacionários e militares que serviram à ditadura; conservou os sindicatos atrelados ao Estado; não foi adiante em seu plano limitado de reforma agrária e manteve intocada a legislação herdada do período da ditadura militar e os organismos de repressão, como o SNI e a Polícia Federal.

Mas o “período de transição foi curto e evoluiu de acordo com objetivos conservadores”, afirma o informe. “Terminou com a reorganização do governo em fevereiro de 86. A transição em curso já tem outra natureza (...) agora se trata de alicerçar o regime político, econômico e social da grande burguesia. O governo reorganizado tomou feição de centro, inclinando à direita”.

“O período de transição foi curto e evoluiu de acordo com objetivos conservadores. O governo enclina-se à direita”

O informe destaca aspectos da visão dos comunistas sobre tal governo. Ao adotar uma política econômica que não toca no pagamento da dívida externa nem no lucro das grandes empresas e bancos, permitiu o ressurgimento da inflação e o deterioramento da economia; embora afirme-se preocupado com o campo social, prefere investir recursos públicos em projetos que visam fortalecer materialmente as Forças Armadas. Pratica ações desnacionalizantes, procurando entregar aos capitais privados, sobretudo os estran-



A Direção Nacional do PC do B reúne-se em Brasília, no centro de convenções, de 28 a 30 de janeiro

geiros, áreas até agora privativas do Estado; no campo político, reforça o militarismo, ampliando o poder dos ministérios militares e mantendo intocada a possibilidade de intervenção das Forças Armadas na vida política do país; considera as greves ilegais e reprime muitas delas, enquanto faz vistas grossas à violência e pressões dos latifundiários.

“O PC do B, buscando criar condições para o avanço da luta do povo, considera importante a construção de uma frente progressista”

O PC do B analisa mais adiante as pressões que as forças reacionárias exercem sobre o país e a instabilidade da situação política. “O presidente Ronald Reagan intensifica a guerra comercial contra o Brasil. Os banqueiros ameaçam cortar os créditos se o país suspender o pagamento dos juros da dívida. As reservas cambiais se esgotam. Falta no mercado produtos essenciais, sonegados conscientemente pelos fabricantes, inclusive remédios. Os alugueis têm altas de até 300%. A crise bate à porta do país, e a imprensa reacionária propala que a desestabilização de Sarney está na ordem do dia”.

“Para fazer frente a essa situação - prossegue o informe - o governo precisaria de apoio popular. Mas em face da política que realiza, contrária aos interesses do povo e da nação, alheia às mudanças exigidas por grande parte da população, o apoio se torna inviável. Cada dia é maior o número de pessoas que atacam o governo”.

Os comunistas alertam que não basta às correntes progressistas fazer oposição ao governo Sarney. Em primeiro lugar, é preciso “lutar em duas frentes: contra a ofensiva e as manobras do capital estrangeiro, a ganância e a sonegação dos fazendeiros e empresários exploradores; e contra a política do governo, de cedência aos inimigos do país e de tolerância com os especuladores e sonegadores e de tentar conter a inflação sacrificando o povo e abrindo

caminho para a recessão”.

Além disso, as correntes progressistas precisam acumular forças para que possam constituir-se em **alternativa de poder**. O informe afirma que “o Partido Comunista do Brasil, buscando criar condições para o avanço da luta do povo, considera de maior importância a construção de uma frente democrática e progressista”. Prossegue: “A construção dessa frente não é tarefa simples, mas é viável. Tem de partir das bases, sem excluir os acordos e entendimentos de cúpula, desde que apoiados em plataformas mínimas de ação. Poderia incluir partidos políticos, associações civis, sindicatos, organizações populares, personalidades democráticas etc”. E adverte: “Seu objetivo imediato não pode ser a derrubada (ou, como se vem dizendo, a desestabilização) do governo. Dentro da atual correlação de forças, isto conduziria à substituição de Sarney por outro igual ou pior, possivelmente pior”. Portanto, “terá de ser uma frente de oposi-

ção e de luta em defesa dos interesses populares e das metas democráticas e nacionais. Uma frente que, em ação, organizando e conscientizando o povo, crie as condições para apresentar-se como alternativa de poder”.

“A Constituinte pode ser fator de unidade das forças democráticas. O movimento popular poderá jogar papel decisivo nesta nova Carta”

O informe lembra que “várias reivindicações podem facilitar a união”, entre as quais, “a suspensão imediata do pagamento da dívida externa e dos juros respectivos; a reforma agrária efetiva que assegure terra aos camponeses que dela necessitam; a defesa da independência nacional constante-

mente agredida pelo capital estrangeiro que já domina áreas fundamentais da economia brasileira; combate à inflação às custas dos ricos e não às expensas do povo e dos trabalhadores; a defesa intransigente das liberdades democráticas, o respeito ao direito de organização, de manifestação pública, de greve”.

Os comunistas destacam a seguir a importância da Assembléia Nacional Constituinte, “a luta política do ano”, que “pode ser fator de unidade das correntes democráticas e progressistas com atuação dentro e fora da Assembléia”. Recomendam a criação de instrumentos unitários para realizar debates e mobilização sobre a Constituinte. E prevêem que “um poderoso movimento popular em prol das mudanças de que a nação necessita poderá jogar papel decisivo na elaboração da nova Carta (...) No embate por uma Constituição democrática e progressista, o povo brasileiro tem possibilidades de bater a reação e conquistar expressiva vitória”.

“Nosso partido entra numa nova fase de sua construção política. Em todas as suas frentes de trabalho será preciso renovar”

Em seu informe, Amazonas abordou ainda a posição dos comunistas diante dos novos governos estaduais. Destacou que a maior parte dos governadores eleitos contou com apoio do PC do B. Considerou que o partido agiu corretamente ao apoiá-los, pois se tratava de derrotar as forças de direita. Mas destacou que tal posição “não está ligada a nenhum compromisso com o futuro”, e que os comunistas “terão posição independente frente a tais governos”. Os comunistas exigirão que os governadores cumpram as promessas feitas ao eleitorado, assegurem as liberdades e respeitem as lutas dos trabalhadores, das massas populares, do funcionalismo. Apoiarão iniciativas que venham de encontro aos anseios do povo e sirvam ao progresso do Estado. Mas “não disputam secretarias de Estado”.

“O PC do B continuará certo que a união do povo é a chave da vitória.”

Proclamamos que a unidade é a bandeira da esperança”

Por fim, Amazonas considerou que o próprio PC do B precisa “reestruturar de maneira nova sua atividade, examinar crítica e autocriticamente seu comportamento”. Destacou a necessidade de partir para uma maior ligação com as massas, para uma participação intensa no movimento sindical, para a ampliação e fortalecimento da estrutura partidária e para a construção de uma imprensa de massas “mais combativa, que desperte o interesse do povo. O Brasil necessita de um grande partido de vanguarda, com uma estratégia clara dos objetivos a alcançar e com uma tática hábil, flexível, revolucionária (...) Esse desafio da história nós enfrentaremos, com decisão e confiança no povo”.

Amazonas concluiu seu informe de forma otimista. Disse acreditar que, apesar do momento difícil, há possibilidade de êxito para as forças progressistas. afirmou que o agravamento da crise econômica e política levará a lutas vigorosas que contribuirão para soldar a unidade do povo. E arrematou: “Uma vez mais, proclamamos que a unidade é a bandeira da esperança”.

(Antônio Martins, enviado especial)

Avaliação eleitoral é positiva

“As eleições de 15 de novembro não se pode dizer que tenham sido livres e democráticas. Foram programadas e orientadas por quem tinha interesse no resultado verificado. Obedeceram à estratégia eleitoral da grande burguesia, que visava derrotar as forças de direita reacionárias e isolar, neutralizar ou derrotar as forças de esquerda. Esta estratégia foi levada à efeito deturpando e violentando as regras do jogo democrático”. Desta forma, o presidente do PC do B, João Amazonas, avalia o resultado eleitoral de 15 de novembro último, que ocupou parte importante de seu informe, na reunião de Brasília.

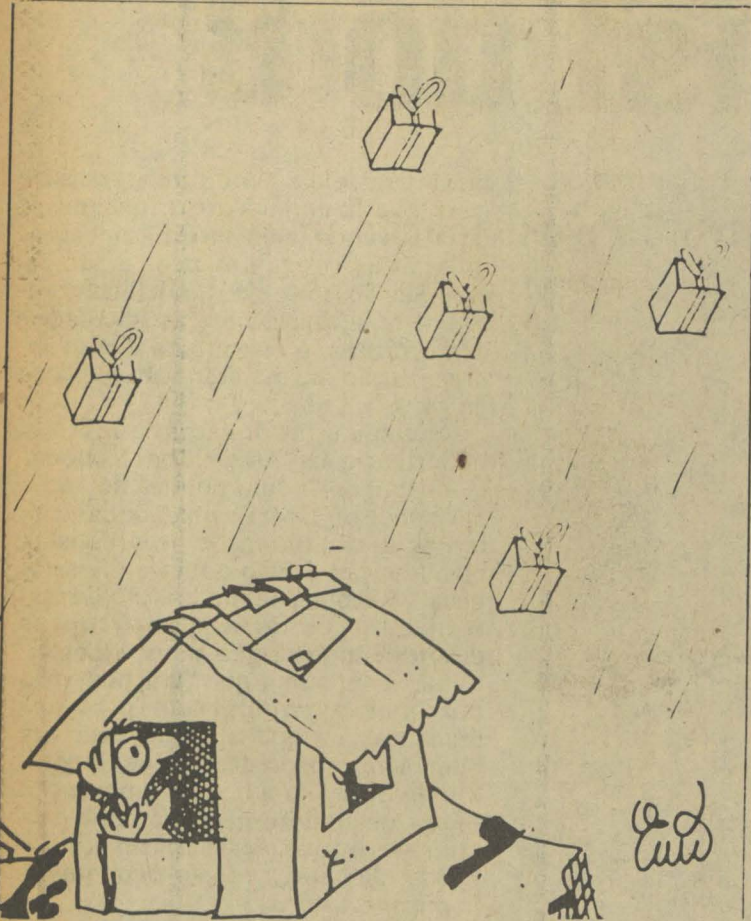
Amazonas considerou que houve vitória “das tendências de centro e centro-direita”, e que contribuíram para ela “o alto índice de popularidade do presidente Sarney no momento da eleição e a polarização do pleito em torno dos candidatos a governador, que fez perder a linha em torno da governança de cada Estado”.

Ele destacou ainda os entraves colocados à atuação das forças mais progressistas na disputa eleitoral. “O poder econômico atuou largamente, talvez em maior escala que em qualquer outro pleito. A justiça eleitoral exorbitou de suas funções, comandou a campanha como se lhe pareceu, favorecendo os grandes partidos conservadores através de processos casuísticos e inadmissíveis”. Amazonas alinhou entre estes processos as restrições à presença dos pequenos partidos na TV, as dificuldades colocadas ao exercício do voto pelos analfabetos, a proibição da presença de pessoas que não fossem candidatos nos meios de comunicação e as irregularidades no processo de apuração de votos.

“Através de todos estes procedimentos”, concluiu, “criaram-se condições de confundir o eleitorado, mas penso que não mereçamos se disser que se houvesse eleições hoje o resultado seria muito diferente”. Esta avaliação foi complementada

pela intervenção de Renato Rabelo, também membro da direção nacional do PC do B, que analisou especificamente os resultados obtidos pelo partido. Rabelo considerou que embora não tenha sido atingida a meta fixada antes do pleito - que previa a eleição de 12 deputados contra 6 efetivamente eleitos - o resultado demonstra tendência positiva. Destacou que a bancada atual é duas vezes maior que a eleita em 82. E ainda mais: nas últimas eleições o partido obteve votação duas vezes superior à alcançada naquele ano.

Após apresentar um balanço da atividade eleitoral do partido em cada Estado, ele resumiu: “Onde soube compreender a importância da coligação, utilizar com inteligência a legenda e concentrar as forças, houve vitória expressiva, como na Bahia e no Rio, sendo que os resultados mais desfavoráveis ocorreram precisamente onde estes fatores não foram considerados, caso de Pernambuco e especialmente de São Paulo”.



Realinhamento: lenha no fogo da inflação

O governo iniciou na semana passada o chamado realinhamento de preços, autorizando aumentos de até 28,54% para a indústria eletroeletrônica. Deverão ser decretados, também, reajustes para aço, cobre, embalagens e outras mercadorias, além dos aluguéis.

Não se trata, porém, de um pacote. A moda agora em Brasília é administrar os problemas através de métodos homeopáticos. Provavelmente por isto o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, tenha declarado que os aumentos concedidos possuem o objetivo de combater a inflação.

CONCESSÕES

Todos recordam do pregador da "desobediência civil", o presidente da poderosa Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Mário Amato. Pois esse irriquieta "discípulo de Bakunin" voltou a atacar quinta-feira, dia 22. Enquanto se encenava a comédia do pacto social, ele esbravejou: "Ou há um realinhamento imediato dos preços ou paramos São Paulo. São 130 mil empresas que vão parar de produzir".

O realinhamento iniciado pelo Ministério da Fazenda na realidade só vai jogar lenha na fogueira da inflação. Por um lado, não agradou sequer os setores contemplados. Conforme o vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee), Raul Salles Cunha, há "uma enorme defasagem entre o que pedimos ao CIP e o que foi autorizado". Por outro, introduz novos desequilíbrios de preços entre os diversos setores da produção e funciona como uma outra abertura para novos aumentos.

Garante o senhor Dilson Funaro que somente os

empresários caridosos, os bons samaritanos, que concordarem em aceitar uma trégua que implique a estabilidade de seus preços para os próximos 120 dias, só eles serão beneficiados pelo realinhamento. Os demais certamente cobrarão ágio. A fantasia do ministro da Fazenda vai além: "Com essa trégua", diz, "estamos adiantando o pacto social e os trabalhadores terão a certeza de que alguns setores empresariais estão dispostos a acreditar no país".

FANTASIA

Com efeito, como acreditar em acordo de "cavalheiros" para segurar preços quando o desrespeito ao tabelamento é escancarado, o açambarcamento de mercadorias (crime previsto em lei) ocorre sob as barbas das autoridades, a "desobediência civil" virou rotina? Aliás, é ainda recruta a imagem do entendimento hipócrita entre governo e pecuaristas sobre os preços da carne. Pode-se ver nos açougues como foi preservado...

O comportamento em relação à taxa de juros constitui outra evidência de que o governo prefere ceder aos poderosos do que adotar medidas corajosas para enfrentar os graves problemas econômicos. Cogitou-se até do tabelamento das taxas de juros, exageradamente altas e insuportáveis para os tomadores de empréstimo.

Contudo, as resoluções do Conselho Monetário Nacional acerca do problema, tomadas quarta-feira, preocupam-se mais em assegurar os privilégios dos banqueiros, como a que isenta do Imposto sobre Operações Financeiras as operações de crédito para capital de giro e investimento. E não terão grande impacto sobre as taxas atualmente cobradas. São medidas, portanto, que não contribuirão sequer para amenizar os efeitos da crise.

Banco Mundial impõe aumento de tarifas

As tarifas de energia elétrica deverão ser 25% mais caras a partir do próximo mês por determinação dos banqueiros estrangeiros. Quem informou isto foi o próprio presidente da Eletrobrás, Márcio Bhering. Ele explicou que o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e um pool de bancos japoneses exigem que as empresas brasileiras do setor ampliem sua rentabilidade anual de 4 para 6%, elevando o preço da energia, para fazerem jus a um empréstimo de 1,1 bilhão de dólares.

O detalhe é que tal crédito, se for contratado, servirá exclusivamente para pagar uma parcela da própria dívida externa do setor. Trata-se de uma intromissão descarada nos negócios da estatal, um

episódio que ilustra muito bem o grau vergonhoso de sujeição e humilhação a que o país foi conduzido por via da dependência externa. Os credores julgam-se no direito de determinar as orientações que uma empresa do porte da Eletrobrás deve seguir no cálculo do valor das tarifas cobradas ao povo brasileiro. Tudo isto sem despendar um só tostão: na verdade apenas negociam o refinanciamento de migalhas, pois é o Brasil quem envia todo mês uma quantia em torno do empréstimo que a Eletrobrás vem tentando levantar (1,1 bilhão de dólares). Não é um fato novo, o povo já teve de pagar aumento no preço da energia, por imposição do FMI, no tempo do regime militar. Isto, porém, não o torna menos repugnante.



No último dia 27 o PC do B realizou a primeira reunião de sua bancada federal. Na ocasião, o deputado baiano Haroldo Lima foi escolhido líder do partido na Constituinte. Haroldo falou à Tribuna Operária sobre a posição da bancada comunista em relação ao funcionamento da Constituinte.

TO: A imprensa tem noticiado a existência de uma proposta de regimento para a Constituinte, apresentada pelo deputado Prisco Viana, bastante restritiva. O que os comunistas pensam a respeito dessa proposta?

Haroldo: É preciso esclarecer inicialmente que a responsabilidade pela proposta não é do Prisco Viana, mas do deputado Ulysses Guimarães. Ele articulou uma proposta escrita quase que clandestinamente, indicando para redigi-la três deputados do seu próprio partido - Prisco Viana, Euclides Scalco e Carlos Santana. Nenhum dos demais partidos e nem mesmo a maioria dos deputados peemedebistas tem conhecimento formal dessa proposta. Pelo que se pode apurar, ela é francamente restritiva. Um de seus itens, por exemplo, chega a impedir que alguns partidos tenham direito a constituir lideranças na Constituinte. Só poderiam constituir e usufruir das prerrogativas que ela garante os partidos com mais de 15 deputados - o que significa um retrocesso até mesmo em relação à situação atual. O PC do B está evidentemente contra a proposta do Dr. Ulysses, por ela ser reacionária e discriminatória.

TO: Fala-se também que a proposta inclui a formação de uma comissão congressional que substituiria o funcionamento da Câmara e do Senado...

Haroldo: Nós também somos contrários a esta idéia. Ela significa que um número reduzido de deputados poderia legislar pelos demais. O resultado seria concentrar, seria exagerar ainda mais o conservadorismo no Congresso.

Haroldo: 'Ulysses obstrui as mudanças'



TO: E qual a posição do PC do B com relação à proposta da "Grande Comissão" constitucional para coordenar o trabalho da Constituinte?

Haroldo: Pode-se até discutir a formação de uma comissão coordenadora, mas precisamos ficar claras algumas normas para o seu funcionamento. Em primeiro lugar é necessário que ela seja suficientemente ampla para abrigar todas as bancadas partidárias. A comissão caberia apenas elaborar uma proposta inicial, que deveria ser debatida em plenário no prazo que for necessário. Além disso, os deputados que não fizessem parte da comissão deveriam debater normalmente as questões constitucionais, mesmo durante o período em que a comissão estivesse funcionando.

TO: O PC do B apresentará, na instalação dos trabalhos da Constituinte, sua proposta de regimento. Você pode adiantar alguns aspectos da proposta?

Haroldo: Ela está sendo ela-

borada nesses dias pela bancada comunista. Mas eu antecipo que ela parte do princípio fundamental de que todas as correntes políticas devem estar representadas nos trabalhos constituintes. Ou seja: todas elas devem dispor de meios políticos e materiais para aparecer com as suas propostas. Nós rejeitamos a posição chauvinista de grande partido que a direção do PMDB vem assumindo. Aliás, essa postura se assemelha muito com a do PDS nos tempos da ditadura militar.

TO: Qual a posição do partido quanto à disputa pela presidência da Câmara? Quem o PC do B apoia?

Haroldo: Nós apoiamos o deputado Fernando Lyra. Acha-mos inteiramente despropositada a posição do Dr. Ulysses, que parece preocupado em controlar o maior número possível de cargos, num momento em que a situação política exige precisamente o contrário. O Dr.

Ulysses foi no passado um fator importante para as mudanças no país. Hoje, ele obstrui as mudanças em vários aspectos. Ele não tem defendido, por exemplo, qualquer posição mais avançada no que diz respeito à soberania nacional, ao problema da dívida externa. Da mesma forma, ele não tem levantado a voz em defesa do Poder Legislativo.

O Legislativo tem sido inferiorizado pelo Executivo, através da edição de sucessivos decretos-leis, e pelo Judiciário, que mutilou ou mesmo anulou muitas de suas decisões. É o caso do voto do analfabeto, que por não ter sido regulamentado não se efetivou plenamente na prática. E o Dr. Ulysses, no período em que tem dirigido a Câmara, nada fez para exigir o respeito às decisões do Legislativo. Por isso, nós votaremos em Fernando Lyra para presidente da Câmara e estamos estudando nosso posicionamento frente à eleição do presidente da Constituinte.

Bancada comunista na Constituinte

Presentes na Constituinte de 1946, os comunistas também estão representados nesta que se instala 40 anos depois: são seis deputados constituintes, três dos quais eleitos pela legenda do PMDB e que na próxima semana assumem oficialmente a condição de comunistas.

HAROLDO LIMA

Baiano de Caetité, foi eleito pela legenda do PC do B representando o povo baiano com 42 mil votos. Acaba de ser escolhido líder da bancada comunista na Constituinte. Foi dirigente estudantil destacado; formou-se engenheiro eletrônico pela Universidade Federal da Bahia e sofreu dura perseguição política pelos militares fascistas, o que o forçou a trabalhar de forma clandestina em prol da emancipação do povo brasileiro. Em 1982 foi eleito deputado federal pelo PMDB, participando com destaque da campanha pelas diretas já e depois pela eleição de Tancredo Neves. Após a legalização do PC do B assumiu oficialmente sua posição de militante comunista e tornou-se líder do partido na Câmara.

EDMILSON VALENTIN

Fluminense de São João do Meriti, eleito com 43 mil votos. Tem apenas 23 anos, sendo um dos dois deputados mais jovens da Constituinte. É também um dos únicos deputados operários e possui importante experiência sindical. Foi organizador da Comissão de Fábrica da Sulzer, delegado de base no II Congresso dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e no II Congresso da Conclat, que fundou a Central Geral dos Trabalhadores.

Estudante da Faculdade de Engenharia Souza Marques, iniciou sua militância comunista no movimento estudantil, em 1983. Dirigiu neste ano um boicote de seis meses contra o aumento de mensalidades e organizou o diretório acadêmico



Célio, Edmilson, Bomfim, Haroldo, Aldo e Lidice: comunistas na redação da nova Carta Magna

de escola. Foi delegado aos congressos da UNE em 83 e 84.

LÍDICE DA MATA

Baiana de Cachoeira, tem 30 anos e foi eleita com 36 mil votos. Formada em Economia, presidiu o Diretório Acadêmico de sua Universidade, destacando-se especialmente na luta pela anistia. Eleita vereadora em 82, exerceu o seu mandato em estreita ligação com o movimento de mulheres. Foi autora do projeto que criou o Conselho Municipal da Mulher e também do que assegurou creches para os filhos de funcionárias públicas. Propôs e obteve a concessão do título de cidadão de Salvador a Javier Alfaya, ex-presidente da UNE perseguido pelo regime militar. É militante comunista desde 1979 e filiou-se oficialmente ao PC do B no início do ano passado.

ALDO ARANTES

Eleito com 30 mil votos pela legenda do PMDB por Goiás, Aldo preparava-se para assumir oficialmente sua condição de comunista. É goiano de Anápolis e foi líder estudantil destacado, sendo eleito para a presidência da UNE em 1962. Também muito perseguido

pelos militares, passou para a clandestinidade após o golpe militar de 64. Assim como Haroldo Lima, foi militante da Ação Popular, e junto com ele coordenou, a partir de 1972, a integração dos militantes da AP ao Partido Comunista do Brasil. Foi preso por ocasião da "queda da Lapa", quando vários dirigentes comunistas foram assassinados. Sofreu violentas torturas, e vários anos de prisão. Libertado com a anistia, retornou a Goiás e foi eleito deputado em 82.

CÉLIO DE CASTRO

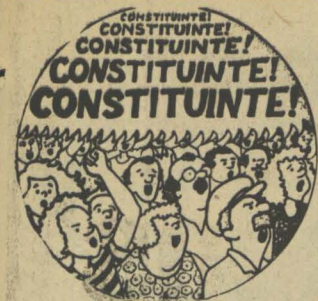
Mineiro de Cosmópolis, tem 54 anos e foi eleito com 35 mil votos. Médico formado pela UFMG, teve participação intensa em movimentos políticos e sindicais de sua categoria. Foi um dos organizadores do GEM (Grupo de Estudos Médicos), que deu origem a uma ampla articulação que assumiu a direção do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte em 1979. Foi presidente do sindicato por duas gestões (79-85) e participou ativamente do movimento intersindical, tendo organizado o I e II Enclats de Minas. Em 1984 foi alvo de atentado cometido por grupos da ultradireita.

Célio de Castro goza de grande prestígio nacional no meio médico, sendo frequentemente convidado para proferir palestras. Militante do PC do B desde 1979, prepara-se para assumir oficialmente sua condição de comunista.

EDUARDO BOMFIM

Alagoano de Maceió, tem 37 anos e foi eleito com 21 mil votos. É advogado e técnico em planejamento social e urbano, tendo sido um dos fundadores da Fundação Instituto de Planejamento de Alagoas. Atuou no movimento estudantil na década de 70, sendo secretário-geral do DCE da Universidade Federal de Alagoas (71-72) e presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito (72-73). Também foi um dos fundadores e o primeiro presidente da Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos.

Eleito deputado estadual pela legenda do PMDB em 1982, destacou-se por seu constante apoio às lutas populares e no combate à corrupção. Militante do PC do B desde 1972, foi dirigente do partido no Estado. Assumiu recentemente a condição de comunista, em caráter oficial.



A saga por uma Constituinte

Uma retrospectiva histórica da luta pela Constituinte e o imperativo da participação popular

A instalação da Assembléia Nacional Constituinte, neste domingo, tem um especial sabor de vitória para os brasileiros. É um marco num longo processo de acúmulo de forças e de embates com o regime ditatorial dos militares, imposto ao país com o golpe de 1º de abril de 1964.

O golpe militar violou a ordem constitucional do país. Assenhoados do poder, em 9 de abril de 1964 os generais já anunciavam que a "revolução vitoriosa se investe no exercício do poder Constituinte". A ditadura se impõe, perseguindo, prendendo, assassinando lideranças populares e democráticas. Através do artifício do "decurso de prazo", os donos do poder aprovam rapidamente projetos sobre qualquer assunto no Congresso.

O Partido Comunista do Brasil foi a primeira corrente política a levantar a bandeira da Constituição. Em agosto de 1966, o PC do B realizou sua 6ª Conferência, quando analisou a situação e as variadas formas de ação de que o povo deveria lançar mão para fazer frente à ditadura. O partido propôs, então, a derrubada do regime militar e a convocação de uma "Assembléia Constituinte livremente eleita".

Em janeiro de 1967, o general Castello Branco - ditador de plantão à época - impõe uma Constituição autoritária, centralizando poderes absolutos na mão do presidente da República, adotando eleição indireta para presidente, instituindo os decretos-lei, restringindo a autonomia dos Estados. Em dezembro de 68 o sucessor de Castello Branco, general Costa e Silva, edita o Ato Institucional nº 5, que passa a ser, na prática, a Carta Magna. O presidente arvora-se o poder de fechar o Congresso e legislar à vontade.

A violentação da ordem constitucional terá um novo capítulo com a outorgação de uma nova Constituição em outubro de 1969 pela Junta Militar que substituiu Costa e Silva na chefia do governo. No artigo 182 desse novo arcabouço jurídico os ditadores incorporam o Ato 5. Na realidade, colocam no texto constitucional um dispositivo que faz da Constituição letra morta.

A realidade grita aos ouvidos da nação a necessidade da convocação de uma Constituinte, precedida de liberdades políticas. Em julho de 1971, durante um Seminário de Estudos e Debates da Realidade Brasileira promovido pelo MDB em Recife, o então deputado estadual Jarbas Vasconcelos levanta a bandeira da Constituinte. Mas o documento final do encontro fará apenas uma leve referência à questão constitucional.

Em janeiro de 1975, levando em conta a vitória eleitoral da oposição no pleito de 15 de novembro de 1974, o PC do B lança uma "Mensagem aos Brasileiros", propondo a união de todas as forças antiditatoriais em torno de três bandeiras: anistia geral, revogação dos atos e leis de exceção e convocação da Constituinte livremente eleita. O general Geisel, ditador de plantão à época, se contrapõe abertamente à idéia da

Constituinte.

Mas a vida foi impondo seu curso. Em setembro de 1977, o MDB lança também sua mensagem à nação, aprovada em convenção nacional do partido, e pela primeira vez assume que "a Constituinte é a voz da nação que há de ser ouvida". O partido dos generais, Arena, apressa-se a responder que "a Constituinte é um apelo eleitoral, não é uma solução". Para os defensores da ditadura, "a Constituinte é o confronto sob os disfarces daqueles que anunciam a paz, mas sabem que vão provocar guerra". A Ordem dos Advogados do Brasil também passa a defender a Constituinte, em 1977.

Conciliadores tentam desvirtuar a luta

No seio da própria Arena começam a se fazer ouvir vozes discordantes da orientação dos militares. Em 1978, o senador Teotônio Vilela, da Arena de Alagoas, pronuncia-se a favor da Constituinte. Há um movimento na oposição burguesa moderada, no sentido de apoiar uma Constituinte sob a égide do regime militar. Os setores mais consequentes passam a lutar por uma Constituinte livre e soberana, precedida do fim do regime militar. E ainda em 1978 articula-se, no meio sindical, uma oposição ao pelego Ari Campista, que há dezenas de anos encastelava-se na presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI. E esses sindicalistas de oposição abraçam a bandeira da Constituinte.

Em março de 1978 há troca de ditador em Brasília. Sai Geisel, entra o general João Figueiredo. O novo chefe do governo tenta enganar o povo com promessas de uma "reforma constitucional". O regime militar já não tem a força de outrora. Figueiredo assumiu a Presidência dizendo que a anistia era "carta fora do baralho", mas em setembro de 1979 viu-se obrigado a assinar a lei de anistia parcial. Esta vitória da oposição popular deu novo vigor à campanha pela Constituinte. Pouco antes, em junho de 79, o Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes posiciona-se pela Constituinte.

Os conciliadores, contudo, procuram a maneira de melhor servir aos donos do poder. E o PCB tira do colete a proposta da "Constituinte com João", logo repudiada pelo conjunto do movimento democrático popular. De outro lado, advogando o basismo e não vendo a elevação do nível político das massas, surge o Partido dos Trabalhadores que, em sua primeira convenção, em 1980, rejeita a inclusão da luta pela Constituinte em seu programa. Alega,



1977, São Paulo: manifestação no Largo S. Francisco e ato público na Assembléia Legislativa.

entre outros argumentos, que o trabalhador não está preocupado com "questões abstratas", e por isso deve perseguir propostas "muito mais concretas".

Em agosto de 1981, 1.126 entidades sindicais reúnem-se em São Paulo na 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras - Conclat -, e pleiteiam a Constituinte livre, democrática e soberana. Em janeiro de 1982 é criada a Confederação Nacional das Associações de Moradores, Conam, que também empunha a bandeira da Constituinte.

Diretas-já põe fim aos propósitos da reação

Em janeiro de 1984 deflagra-se a campanha das diretas-já. O maior movimento de massas já vivido no país. O povo exige o fim do regime militar, e reforça a bandeira da Constituinte. Em meados desse ano constitui-se a Frente Liberal, após rompimento de importantes setores pedessistas com o governo. Junto com o PMDB e com Tancredo Neves, este agrupamento assina um "Compromisso com a Nação", alicerce da Aliança Democrática. A convocação da Assembléia Constituinte é ponto básico.

Em janeiro de 1985 Tancredo Neves vence a disputa presidencial no Colégio Eleitoral. Em seu primeiro pronunciamento, assume o compromisso de convocar a Constituinte. Quem assumirá o poder, em março, será o vice, José Sarney, já que Tancredo adoece e vem a falecer em abril. Em maio, o Congresso Nacional

estuda a emenda constitucional da Nova República, que cria algumas premissas para a convocação da Constituinte. Entretanto, grande parte do chamado entulho autoritário não é afetado.

Mesmo assim, em 22 de novembro de 1985, por proposição do presidente da República, o Congresso aprova a convocação da Constituinte, eleita em 15 de novembro de 1986 e empossada neste domingo. Uma importante fase da luta dos trabalhadores e do conjunto do povo brasileiro por liberdade e democracia se encerra. Agora, novas tarefas se colocam - inclusive no sentido de manter a vigilância sobre os trabalhos constitucionais e garantir a inclusão de pontos importantes para a garantia do avanço democrático do país na nova Carta Magna. Mas essa é uma página ainda a ser escrita.

(Carlos Pompe)

do Brasil elegeu 14 deputados federais e um senador, que defendiam um programa democrático e nacionalista de mudanças profundas na sociedade brasileira. Nesta Constituinte, contudo, a polícia - dirigida por Pereira Lyra, um advogado ligado à Light, o grande truste canadense de serviços urbanos - tentou proibir que o povo manifestasse nas ruas seu repúdio às decisões da Assembléia. Preceitos constitucionais de importância capital para a vida econômica, política e social do povo brasileiro foram votados sob verdadeiro Estado de Sítio. A chacina do Largo da Carioca, em 23 de maio de 1946, é o exemplo mais pungente da violência da repressão policial: uma multidão foi metralhada, sem vacilação, quando comemorava na capital da República o 1º ano de legalidade do Partido Comunista do Brasil, defendendo uma constituinte democrática e progressista.

Hoje, para que a história não se repita, é necessário mais do que nunca mobilizar o povo num amplo debate nacional sobre os rumos que se pretende dar ao país. E manifestar, nas ruas, nos locais de trabalho, no próprio parlamento, qual é a vontade popular.

Em 1946, a representação do povo na Constituinte foi a mais autêntica: o Partido Comunista

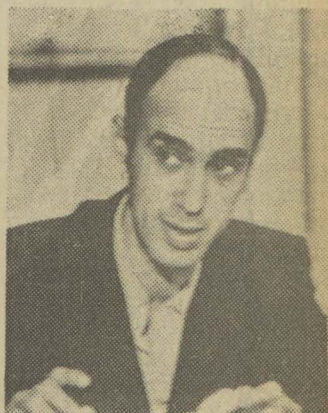
Maioria conservadora

A Constituinte que se conquistou está intimamente relacionada com o grau de organização das diversas classes em luta no cenário político nacional. Grandes batalhas serão travadas em torno de cada um dos temas mais importantes da nova carta constitucional. Os lobes, como estão sendo chamadas as articulações dos diferentes interesses representados pelos constituintes eleitos, já se movimentam para ver seus pontos de vista consagrados. A composição desta, que é a 5ª constituinte brasileira, é predominantemente conservadora. Foi o resultado de uma estratégia perseguida pelas classes dominantes com o objetivo de desviar o interesse do povo dos assuntos mais polêmicos.

A coincidência das eleições majoritárias e proporcionais, a força do poder econômico e as arbitrariedades perpetradas pela Justiça Eleitoral prejudicaram sobremaneira as discussões e o debate dos problemas nacionais, fazendo com que os candidatos mais progressistas não encontrassem espaço para defender as suas propostas.

OS SENADORES DE 82

Além de se caracterizar por uma representação de centro e de centro-direita,



Maciel: derrotado

esta Constituinte ainda carrega o peso de senadores não eleitos para a função precipua de redigir uma constituição: são 24 senadores eleitos em 1982 que têm mandato até 1990, sendo que mais da metade foi guindada a esta posição pela sigla do PDS, amplamente derrotada em 15 de novembro. É exceção a atitude do peemedebista Fábio Lucena, que eleito senador em 1982 pelo Amazonas, renunciou ao mandato, candidatando-se e vencendo para um novo período de 8 anos. Contrasta com esta postura a posição anunciada pelo atual ministro-chefe da Casa Civil, Marco Maciel, senador licenciado por Pernambuco, que pretende retomar o mandato para participar do processo constituinte apesar de fracorosamente derrotado em seu Estado.

Sem delegação popular, expressa para mudar a Constituição, estes senadores, representando oito diferentes legendas, participação do futuro congresso constituinte com os mesmos direitos a voz e voto, que os outros 536 deputados recém escolhidos. É preciso manter a vigilância democrática, pois as forças reacionárias certamente os consideram força de reserva para suas manobras anti-populares e anti-patrióticas.



Fábio Lucena: exceção

Centro de Documentação e Informação Fundação Maurício Grabois

A pressão popular é insubstituível

A história recente do Brasil demonstra que a pressão popular pode extrair conquistas democráticas importantes do parlamento, mesmo levando-se em conta a composição majoritariamente conservadora de todas as Câmaras da República. A eleição de Tancredo Neves para a Presidência - que significou o fim dos governos militares - é o exemplo maior.

A participação popular nas

quatro constituintes anteriores foi muito irregular. Em 1823, a Constituinte da independência foi um conclave de escravocratas, latifundiários e grandes comerciantes. A participação do povo foi limitada às pressões nacionalistas e anti-portuguesas das galerias, já que somente os ricos puderam ser eleitos.

Em 1891, na Constituinte republicana, o Governo Provisório escolheu cuidadosamente os can-

didatos, afastando todos aqueles suspeitos para os republicanos - entre eles democratas radicais como Silva Jardim, que defendia a reforma agrária como complemento necessário para a revolução iniciada com a abolição dos escravos e a República. Apesar disso a Constituinte teve um representante dos trabalhadores, o tenente da Marinha José Augusto Vinhaes, líder dos ferroviários, amigo de Deodoro e fundador de um dos primeiros partidos operários no Brasil.

A REPRESENTAÇÃO CLASSISTA

Em 1933, com Getúlio Vargas, houve uma tentativa de organizar, de forma corporativa, a participação das classes na Constituinte: criou-se a representação classista, uma bancada de trabalhadores, patrões e profissionais liberais eleitos por suas entidades sindicais. Ali, os operários tiveram 18 representantes, que eram, entretanto, homens ligados a Vargas, indicados por sindicatos oficiais que eram alvo da oposição dos anarquistas e dos setores mais autênticos do movimento popular da época.

Em 1946, a representação do povo na Constituinte foi a mais autêntica: o Partido Comunista



45, Rio de Janeiro: comício convocado pelo Partido Comunista do Brasil



Os grevistas fizeram assembleias diárias na porta do sindicato, sempre com grande presença e combatividade

As lições da greve dos eletricitários paulistas

Após sete dias de greve, que teve grande impacto na sociedade paulista, os aproximadamente 22 mil eletricitários da Eletropaulo decidiram retornar ao trabalho. Na assembleia, realizada na tarde do último dia 26, os 5 mil trabalhadores presentes aprovaram a proposta de acordo formulada pela empresa estatal - considerada pela maioria como razoável.

A greve dos eletricitários paulistas teve início na madrugada do dia 20. Primeiro pararam os 21.800 funcionários da Eletropaulo; dois dias depois, os 6 mil empregados da CESP engrossaram o movimento. Além destes trabalhadores, representados pelo Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, também contribuiu para reforçar a mobilização do pessoal do setor de energia a greve dos 8 mil funcionários da CPFL (Companhia Paulista de Força de Luz) e dos 8 mil da CESP da região de Campinas, no interior do Estado. Estes cruzaram os braços no dia 21.

A pauta de reivindicações apresentada às empresas tinha como ponto principal um aumento global de salários de 85%, envolvendo a reposição das perdas salariais, produtividade, IPC integral e reajuste real. No início, a Eletropaulo formulou uma contraproposta prevendo apenas 25% de aumento. Ela também tentou endurecer nas negociações com a deflagração da greve, recusando-se a participar de uma rodada de conversações previamente marcada. Posteriormente, observando a coesão e combatividade dos grevistas, ela aceitou conceder um reajuste de 30%.

No final, a proposta aprovada pelos trabalhadores da Eletropaulo - principal setor envolvido na greve - ficou sendo de 30% de aumento; mais os 20% do gatilho salarial (a empresa se comprometeu formalmente a negociar este índice caso o governo federal não dispares o gatilho); piso salarial de Cz\$ 4.040,00; etc. Segundo estudo do sindicato, este acordo representa um

aumento de 68% no montante da folha de pagamento da empresa, incluindo os benefícios salariais indiretos, como o anuênio.

BALANÇO INICIAL

Terminada a greve no setor de energia, as lideranças da categoria passaram agora a fazer as primeiras avaliações do resultado do movimento. Para Benjamim Ferreira, diretor do sindicato e ex-delegado sindical no setor de manutenção de estação, "do ponto de vista econômico, a greve ficou aquém das expectativas criadas na base". Ele lembra que a categoria reivindicava 85% de aumento e recebeu, por enquanto, apenas 30%.

Mesmo assim, o líder sindical considera o acordo razoável. "Nós já temos o compromisso do disparo do gatilho salarial e o piso beneficiou uma parcela expressiva da categoria que recebia em torno de Cz\$ 2 mil", comenta. Maria do Socorro, outra liderança do comando da greve, observa que a greve esbarrou na política de arrocho do governo federal. "A empresa tinha condições de ceder mais, porque vive uma fase de prosperidade. Em novembro teve o aumento de 60% nas contas de luz; também ocorreu um grande crescimento do consumo de energia depois do Cruzado. Então, a Eletropaulo tinha condições de oferecer mais, até admitiu isso, mas preferiu seguir as ordens do governo federal para congelar os salários. Com isso nossa greve enfrentou uma difícil barreira e mesmo assim conseguimos arrancar um reajuste superior ao índice do governo".

SALDO POLÍTICO

Para o grosso das lideranças eletricitárias, entretanto, o grande saldo da greve foi o político. "A nossa categoria nasceu com essa mobilização", afirma Velfrides Barreto, membro do Conselho de Diretoria do Sindicato. Ítalo Norcino, integrante do Comando de Greve, concorda: "A paralisação representou um salto qualitativo no nosso nível de organização".

Realmente a greve serviu para mostrar a força dos eletricitários. Pela pri-

meira vez na história da categoria a paralisação foi geral. Antes ocorriam apenas paradas localizadas e parciais. Desta vez, ela atingiu inclusive os setores essenciais da empresa. No próprio decorrer do movimento, os trabalhadores foram se organizando - muitas vezes espontaneamente. Dezenas de lideranças surgiram e se formaram no transcorrer da mobilização, que foi bastante ativa. Diariamente eram feitos piquetes e assembleias (estas reunindo em média 5 mil grevistas), além de passeatas - uma delas com 10 mil participantes.

Apesar dos êxitos, algumas lideranças sindicais já apontam debilidades que prejudicaram o movimento e precisam ser sanadas para as futuras batalhas. Uma delas é a fraca organização antes da deflagração da greve. O Comando Geral de Greve e os comandos setoriais, com raras exceções, foram formados de maneira espontânea - sem eleições de representantes e nem fixação de responsabilidades - atuando de forma dispersa.

Outra debilidade foi a falta de infraestrutura necessária para comandar a greve, com pouca aparelhagem de som, transporte e material de divulgação do movimento. As lideranças também criticam as falhas na questão de democracia sindical, que dificultaram uma consulta mais ampla às bases. No transcurso da greve os canais de consulta foram sendo fechados, gerando inclusive lamentáveis e desnecessários incidentes na penúltima assembleia geral.

Por último, os sindicalistas apontam como negativa a disputa política mesquinha entre setores da diretoria e ativistas da corrente cutista. Setores da CUT chegaram inclusive, no intento de desgastar a diretoria do sindicato, a adiar a greve na CESP - o que prejudicou a unidade da categoria. Nas assembleias, aos invés de jogar no incentivo aos grevistas, preferiram atacar o presidente do sindicato, Antônio Magri, criando um clima de divisão entre os grevistas.

(Altamiro Borges)

Resoluções de luta no congresso da CPB

O XX Congresso Nacional da Confederação dos Professores do Brasil, reunido em Porto Alegre de 18 a 22 de janeiro último, aprovou um conjunto de resoluções nitidamente oposicionista em relação à política geral e educacional do governo federal. O espírito unitário, contra a estreiteza e o sectarismo, saiu vitorioso.

Realizado quase às portas da Constituinte, o congresso da CPB jogou papel importante no levantamento dos principais problemas que afetam a vida e o trabalho dos professores brasileiros. Segundo Alba Correa, eleita secretária-geral da entidade, "o congresso se transformou num marco na história de lutas da CPB. Além de manter a unidade do movimento na construção de uma chapa unitária, tendo como presidente o professor Thomas Wongon, as mais importantes propostas de política nacional e educacional, a exemplo do posicionamento contrário ao pacto social encaminhado pelo governo Sarney e a defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis, foram consensuais no plenário, demonstrando a combatividade e o avanço do movimento dos professores".

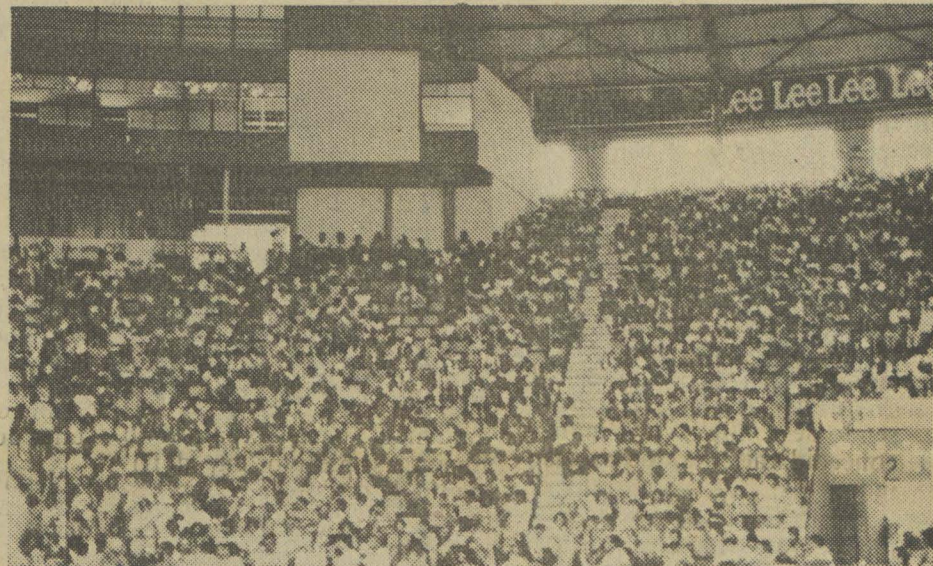
No plano político, foram aprovadas propostas como a da paralisação das atividades nas escolas no dia de votação na Constituinte das questões educacionais; a luta pela reorganização do Estado Brasileiro, garantindo a independência dos poderes e eliminando a predominância do Executivo sobre os demais. Ficou acertado também que a CPB irá lutar por uma Constituinte unicameral, que redefina o papel das Forças Armadas

restringindo-o à defesa das nossas fronteiras e que seja consagrado um capítulo especial na nova carta sobre os direitos da mulher.

Do ponto de vista econômico, os professores assumiram a luta pelo não pagamento da dívida externa; pela revogação do Plano Cruzado II e de qualquer outro pacote que vise os mesmos objetivos; pela estatização do sistema financeiro; e pelo fim do latifúndio a partir de uma reforma agrária ampla e massiva, além da expropriação das terras das multinacionais.

PELA ESCOLA PÚBLICA

Na área específica da educação, a principal resolução foi a reafirmação da luta por uma escola pública e gratuita em todos os níveis com a aplicação das verbas públicas só para as escolas públicas. Fixou-se a ampliação do percentual do governo federal para a educação em 13% do orçamento global da união, 25% dos estaduais e municipais. Para Alba "o plano de lutas aprovado pelo congresso defende o ensino público e a valorização do magistério na Constituinte - fixando inclusive um piso salarial de 5 mínimos - avançando na compreensão da importância da unidade no movimento sindical e a disposição da CPB em participar das lutas conjuntas, sendo derrotadas as concepções divisionistas, patrocinadas pela CUT e o PT, que colocaram em risco o próprio congresso. Foi garantida, assim, a pluralidade de tendências e correntes políticas na entidade, sem exclusivismos ou vetos ideológicos e a não filiação da CPB a uma central sindical", finalizou a nova secretária-geral.



Mais de 4 mil professores participaram do XX Congresso da CPB

Andes debate nova paralisação

A luta pela educação pública e gratuita centralizou os debates entre os professores universitários reunidos no 6º Congresso Nacional da Andes (Associação Nacional dos Docentes em Ensino Superior), realizado em Goiânia entre os dias 25 e 31. Os 45 mil professores das universidades federais também poderão entrar em greve a partir de março caso o governo não atenda a um conjunto de reivindicações formuladas pela categoria (compreendendo isonomia salarial entre fundações e autarquias; aposentadoria com vencimentos integrais e outras).

Participaram do congresso 400 delegados de todo o país. No encontro, os professores levantaram a preocupação da categoria com o lobby

privativista que vem sendo preparado por empresários de ensino superior para atuar junto à Assembleia Nacional Constituinte.

Os docentes exigem que a Constituinte vote, expressamente, a alocação direta ou indireta de verbas públicas para a manutenção ou subsídio das escolas privadas. O fundo da questão, conforme eles entendem, é lutar para garantir que o ensino, em todos os níveis, seja acessível a toda população, o que só será possível se o Estado garantir educação pública e gratuita. Neste caminho é que será possível construir uma universidade verdadeiramente democrática, voltada para o desenvolvimento da produção científica e ligada aos interesses populares, de acordo com os professores.

Natalidade sob suspeita

Na terça-feira, dia 20, o presidente Sarney criou uma comissão interministerial para "instituir uma política de planejamento familiar no Brasil". Porém foi tamanha a reação de cientistas e entidades populares (especialmente de mulheres) que o governo teve de recuar, moderando os projetos de distribuição de pílulas e DIUs. Agora, fala em reforçar o Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher.

A pressa de Sarney em implantar no país o controle da natalidade só é explicável pela pressão e ameaças exercidas pelos banqueiros interna-

cionais. Sabe-se que esses senhores estão condicionando empréstimos a países dependentes a programas que visem diminuir o crescimento da população. Uma chantagem que não corresponde às necessidades do nosso país.

Insinuar que o maior ou menor número de filhos das famílias trabalhadoras é que determina o grau de miséria do Brasil é um absurdo insustentável. O índice de natalidade tem caído (sendo que o número de filhos por família diminuiu de mais de seis em 1940 para três a quatro em 1980). No entanto, a pobreza aumentou no período.

Ato contra a carestia no Pará

A Federação Estadual de Centros Comunitários e Associação de Moradores do Pará liderou uma manifestação, dia 26 em Belém, contra o aumento de mais de 100% sobre os preços das passagens de ônibus e a cobrança generalizada de água no comércio. Conforme a presidente da entidade, Maria do Socorro Gomes, "o reajuste das tarifas dos transportes urbanos tem um caráter inflacionário, pois os assalariados terão seus rendimentos corroídos em menos de 20%".

"Revoltante também", disse, "é a cobrança de água, principalmente pela carne, que hoje é impossível comprar a preços tabelados. O Pará é um Estado produtor de carne bovina. A região do Marajó possui as maiores criações de búfalos do país; no Sul do Estado somente a fazenda da Volkswagen tem 44 mil cabeças de gado, aos pecuaristas. É inaceitável a cobrança de água".

Eleição metalúrgica agita Betim

Nos dias 18, 19 e 20 de fevereiro, os metalúrgicos de Betim (MG) elegerão uma nova diretoria para o seu sindicato. Concorrem três chapas, sendo duas (1 e 3) vinculadas à CUT e ao PT, a outra chapa (Chapa 2) é encabeçada pelo operário Edmundo e defende um sindicalismo combativo e democrático, de defesa intransigente dos interesses da classe.

Os metalúrgicos de Betim são uma categoria muito combativa. A maior empresa da região é a Fiat Automóveis S/A, que se implantou na cidade em 1976, sendo seguida pouco tempo depois pela FBM. Já em 1978 estourava a primeira greve geral da categoria; em 1979 ocorreu uma nova greve que durou 10 dias.

Em 1985, a categoria fez greves durante as campanhas salariais e no ano seguinte a Fiat parou por um dia contra a meia hora extra obrigatória que os patrões vinham impondo. Ainda em 1986 ocorreram paralisações parciais na Fiat, FBM e Resil contra o Cruzado II, por ocasião da greve geral dos trabalhadores brasileiros, em 12 de dezembro.

Antes da instalação da Fiat, um único sindicato respondia pela categoria em Belo Horizonte, Contagem e Betim. Numa manobra conjunta dos patrões e do Ministério do Trabalho foi formado um novo sindicato para os metalúrgicos de Betim e Igarapé. O objetivo, evidentemente, foi impedir uma grande concentração de forças da base sindical metalúrgica no Estado. As três chapas que disputam o sindicato têm origem na atual diretoria. A



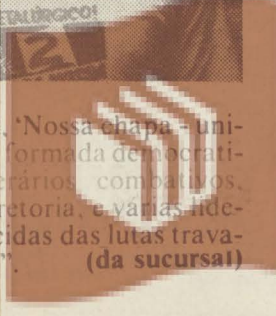
Em frente à fábrica FMB, a campanha da Chapa 2, encabeçada por Edmundo

Chapa 1 "é formada, entre outros, pelo atual presidente da entidade, Onofre, ligado à CUT-Igreja", segundo Edmundo (candidato a presidente pela Chapa 2 e vice-presidente do sindicato). "Onofre", assegura, "já demonstrou que não tem compromissos com os interesses da categoria, traiu a greve de 1984 e em 85 passou por cima da comissão de negociação".

Edmundo diz, ainda, que a outra chapa "a Chapa 3, que também tem gente da atual diretoria, é caracterizada por um espírito aventureiro, que também prejudica a luta dos operários. Ora eles querem evitar a deflagração de greves, em momentos que a categoria está mobilizada; ora querem impor a paralisação a qualquer preço. A melhor opção para os metalúrgicos de



Betim é a Chapa 2, 'Nossa chapa - unidade e renovação', formada democraticamente por operários combativos, alguns da atual diretoria, e várias lideranças novas, nascidas das lutas travadas pela categoria".





São flagrantes da luta de classe: os moradores de uma região de São Paulo enfrentaram as dificuldades e os preconceitos (falava-se até que quem mora na periferia é marginal!) e conquistaram uma escola de 1º grau e depois também o ensino do 2º grau. O dono da Vidraria Santa Marina quer passar por cima das leis e humilhar os operários que explora. Uma associação de professores denuncia as medidas antipovo de Jânio Quadros no ensino municipal. Mas são mais do que queixas. São também ensinamentos. É a experiência de nosso povo, contada pelo próprio povo. Escreva você também. Troque idéias com os leitores de todo o Brasil. Nosso jornal é um instrumento para a sua luta.

Associação denuncia as arbitrariedades de Jânio

A Associação dos Profissionais do Ensino das Escolas Municipais denuncia as medidas arbitrárias da administração do prefeito Jânio Quadros e do secretário Paulo Zingg, durante 1986:

1. Pune com suspensão, sindicâncias, exonerações e transfere à revelia funcionários públicos municipais e representantes de entidades de classe, que fazem declarações, quer na imprensa, quer no local de trabalho.

2. Inviabiliza o regimento comum das Escolas Municipais, que foi discutido pela Rede e aprovado pelo CEE.

3. Retira das escolas a programação curricular, o material didático elaborado pelo Deplan e as revistas "Retrato do Brasil", material este adquirido pela administração anterior e pago com o dinheiro público.

4. Impede o desconto em folha dos associados da entidade de classe e do magistério, durante o ano de 1986 e cria mecanismos burocráticos para dificultar o recebimento da verba a que a associação tem direito (as mensalidades estão sendo descontadas por liminar concedida através do processo judicial).

5. Envia, à Câmara Municipal, às vésperas da nova Constituinte que prevê modificações a nível nacional na educação:

a) Projeto de lei criando o Conselho Municipal de Educação, com caráter autoritário e clientelista;

b) Projeto de lei que, sob o espírito da mesma política, cria cinco Delegacias de Ensino e inúmeros cargos delas decorrentes;

c) Projeto de lei que cria Conselhos Regionais de Educação com composição e funcionalidade duvidosas;

d) Projeto de lei 178/86 que dispõe sobre o controle da jornada diária de trabalho, prejudicando principalmente o aluno porque as escolas não têm substitutos para suprir as ausências criadas pelo projeto;

e) Projeto de lei 215/86 que altera parcialmente a Lei 9.874 dispondo sobre cargos de ensino na área de Educação de Deficientes Auditivos de forma antidemocrática, na medida em que impede outros profissionais habilitados da área a concorrer aos cargos.

6. Proíbe a utilização das escolas para reuniões da entidade dos professores e especialistas da Educação.

7. Desrespeita o Concurso Público de Diretores na medida em que os concursados não foram chamados e os cargos vagos estão sendo preenchidos por pessoas da livre escolha da administração. Fica claro a política clientelista do prefeito visto que estes cargos vagos poderiam ser preenchidos pelos concursados, ou de uma forma mais democrática, por eleições realizadas pelo Conselho da Escola.

Além dessas medidas, há duas outras que merecem ser discutidas:

a) Abono de faltas - A orientação da atual administração quanto ao abono de faltas dá margem a que haja dois pesos e duas medidas, deixando na mão dos chefes imediatos uma arma para penalizar aqueles que ousam contestar medidas arbitrárias e premiar aqueles que se submetem a todas as ordens, sejam elas justas ou injustas, coerentes ou incoerentes.

b) Ensino supletivo - Há uma tendência para expandir o Ensino supletivo em detrimento da discussão de propostas para a solução dos problemas do curso noturno regular. Em que se pese a importância do Ensino supletivo como forma de se resgatar

a dívida social devida àquelas parcelas que foram alijadas do processo educativo, não se pode permitir que esse resgate se processe a custa do curso noturno regular, que deve continuar atendendo aos alunos que trabalham durante o dia. Antes de se extinguir o curso noturno, há que se discutir suas deficiências e seu fracasso através de um amplo debate onde educadores, autoridades, pais, alunos e sociedade em geral procurarão, em conjunto, buscar alternativas possíveis para o curso noturno e, onde esteja presente a vontade política para viabilizar de maneira a impedir que o que era exceção se torne regra.

Concluimos, portanto, que todas essas medidas traduzem a política do prefeito Jânio Quadros e a do secretário de Educação e Bem Estar Social, Paulo Zingg, que têm como tônica:

- sufocar a liberdade de pensamento e de expressão;
- impedir a livre organização dos funcionários;

- o mau uso do dinheiro público e a implantação de uma política clientelista.

Pedimos aos companheiros que traduzam seu apoio, discutindo e divulgando as arbitrariedades de que todos somos vítimas.

(Apeen - São Paulo - SP)

Uma vitória do povo organizado e unido

Nossa história começou em junho de 1982, quando as mães do parque Maria Helena, jardim Antonieta, jardim Campo de Fora e bairros vizinhos chegavam às 2 horas da madrugada na única escola estadual da região para tentar uma vaga no 1º grau. Nessa época, a companheira Neide Alati, que organizava os núcleos da União de Mulheres na região, começou a atuar na luta por mais escolas.

Foi formada uma comissão bem ampla para tratar do assunto, que organizou abaixo-assinados, idas à Delegacia de Ensino e à Secretaria de Educação. Muita gente participou de uma assembléia na praça Nossa Senhora do Carmo, onde uma representante do secretário da Educação e o administrador regional do Campo Limpo ouviram as reivindicações da população.

Não demorou muito, as escolas começaram a ser construídas, com nossa participação. Em abril de 1986 as crianças estavam num prédio simples, mas suficiente para estudar. As mães participavam da limpeza da escola e do preparo da merenda, até que chegaram os funcionários para cuidar desses serviços. Vimos aí do que é capaz o nosso povo para construir o progresso.

A organização é muito importante. E o núcleo do Jardim Campo de Fora sentiu a necessidade também do ensino do 2º grau. Muitos jovens estavam sem estudar, por falta de



Os moradores festejam a conquista da escola

escola de 2º grau. Fomos procurar a diretora da nossa escola de 1º Grau Miguel Munks Filho. Mas nada aconteceu. Realizamos uma, duas, três reuniões. Chamamos a diretora da escola da Sociedade Amigos de Bairro. Mas a luta foi mesmo do núcleo da União de Mulheres.

Surgiu até uma conversa de que não podíamos ter o 2º grau porque só marginais moram em nossa região! As mulheres, indignadas, se ergueram e foram à luta. Nossos filhos são trabalhadores. Só querem estudar à noite, pois são operários durante o dia. Não são filhos de papai e nem vagabundos.

Uma comissão foi até as autoridades, com um pedido assinado por 3 mil pessoas, querendo o 2º grau. Em dezembro passado, o Diário Oficial já

anunciava o 2º grau na nossa escola. A emoção tomou conta da mulherada. Os maridos acreditaram na nossa força. Os jovens e os moradores agora só falam das mulheres que enfrentaram o problema e conseguiram a escola. Para comemorar, fizemos uma passeata, com chuva mesmo, anunciando aos moradores a conquista do 2º grau e festejando nossa vitória.

Viva nossa luta! Viva a juventude! Nossa luta não vai parar. Queremos melhorar o ensino. Algumas das mulheres resolveram também estudar. Mulheres, estou convencida de que somente a verdadeira luta da população vai resolver os problemas de nosso povo. Lute, junto com os homens, para ter dias melhores! (Veroldina, União de Mulheres Jardim Campo de Fora, SP)

Patrão quer humilhar operário

Os grandes patrões brasileiros, especialmente os ligados às multinacionais, não estão respeitando nem mesmo as conquistas consagradas em lei, como a estabilidade para os membros das CIPA's e para as comissões de fábrica reconhecidas em acordos firmados entre as empresas e as entidades sindicais e homologados pelo Tribunal do Trabalho. O caso da Vidraria Santa Marina é típico: trata-se de um complexo industrial com participação acionária do capital francês que praticamente controla a produção de vidro e seus subprodutos no Brasil. São quase 15 mil funcionários que trabalham em várias unidades espalhadas pelo Estado de São Paulo.

Todo este poder capitalista, entretanto, é sustentado por uma massa de operários que trabalham em condições extremamente precárias. A industrialização do vidro oferece alto risco para a saúde quando os que manipulam diretamente as matérias primas não estão devidamente protegidos.

A unidade de Mauá, onde eu trabalhava, desde 1984 vem desenvolvendo uma luta por melhoria nas condições de trabalho e por aumentos salariais, reconhecendo os menores da região. Fruto de um processo grevista vitorioso, a fábrica conquistou a legalização de uma comissão de

fábrica para dar continuidade num outro nível às reivindicações do conjunto dos trabalhadores. Mais recentemente a comissão se fixou na meta de recuperar as perdas salariais que se seguiram à decretação do Plano Cruzado I, pois o dissidio da categoria é dezembro, e saiu perdendo em relação às demais. Ao lado desta demanda, outras bandeiras foram levantadas, como a melhoria do atendimento médico-dentário, a alimentação, o transporte gratuito, as condições de higiene e segurança etc.

No dia 1º de outubro desencadeou-se uma greve que se estendeu por três dias pelo adicional de periculosidade que a fábrica havia retirado. O movimento contou com a participação, no início, de quase 80% dos companheiros. Mas que depois sofreu desgaste, devido às manobras patronais e à postura dos juizes do Tribunal Regional do Trabalho. Apesar de a TRT ter julgado a greve ilegal, considerou justas as reivindicações dos trabalhadores! O fato é que a empresa acabou dispensando 44 funcionários, entre os quais oito membros da comissão de fábrica, e dois eleitos para a CIPA. Os trabalhadores com direito à estabilidade entraram com processo no TRT, inclusive eu mesmo. Alguns companheiros não puderam resistir às pressões patronais no sentido



Freitas: indo até o fim

de se fazer acordo. Mas os que conseguiram se manter trabalhando em outras atividades para sobreviver se preparam para mais uma das intermináveis audiências na TRT, marcada para o dia 19 de fevereiro.

O patrão, o tempo todo, tenta corromper os operários, propondo 33% de estabilidade de direito, que em alguns casos chega a 230 mil cruzados. A tentação é grande devido às enormes dificuldades por que passamos. Mas estamos dispostos a resistir. Os trabalhadores não podem ser tratados como animais. Indo até o fim, poderemos abrir um precedente para quebrar a arrogância dos donos da empresa e abrir caminho para que outros operários não se dobrem diante das ameaças.

(Francisco José de Freitas, 27 anos, casado, três filhos.)

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TI OBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lusosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel, CEP 44100.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício, 1º andar, sala 32 - CEP 69000. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobrelaje, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.

BAHIA - Camacari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.

Itabuna: Av. do Cinqüentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - Jurelino: Rua Americo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Juvença Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da Caixa Econômica) - CEP 43300.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Vênncio IV, sala 312 - CEP 70302. CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1009 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro de Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Ayrre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: Rua do Fajão, 76 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 265 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.

PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 56100. PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88 - Fone: 253-7961 - CEP 80000.

Paraná - Curitiba: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222-2044 - CEP 64000.

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigarista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: Rua Tiradentes, 130, sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinha: Av. Floresta da Cunha, 1235, sala 20 - aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar - CEP 98000.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amador Perito, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guaratuba: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.

SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovidio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição: Past-Up e Fotolito, Linarte Fotolitos Ltda. Fone: 35-9218. Impressão: Cia. Jorj, Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde. Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

Tribuna Operária

Semanário Nacional.

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

Anual (52 edições)	☐	Cz\$ 350,00
Anual popular (52 edições)	☐	Cz\$ 175,00
Semestral (26 edições)	☐	Cz\$ 175,00
Semestral popular (26 edições)	☐	Cz\$ 90,00
Anual para o exterior (em dólares)	☐	US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Lt., Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - S. Paulo - CEP: 01318

Fundação Maurício Grabois

A tragédia da metrópole submersa

Foi um triste aniversário para São Paulo. O aguaceiro que desabou no fim de semana em que a cidade comemorava 433 anos de criação deixou quase 100 mortos e mais de 10 mil desabrigados. E os paulistanos ainda tiveram que agüentar o humor negro do prefeito Jânio Quadros, que comparou a cidade inundada com Veneza...

Avenida Marginal, na segunda-feira: as pontes foram a salvação para quem ia para o trabalho e estancou em meio às águas

Como diz a canção, "a dor da gente não sai no jornal". É preciso ter isso presente ao abordar a inundação da capital paulista. Pessoas desesperadas disputando um cantinho num telhado de sobrado, carroceria de caminhão, ponte ou qualquer coisa que ficasse acima do nível das águas, cada vez mais elevado. Foram horas e horas à espera do socorro, que só poderia vir do céu - as ruas estavam intransitáveis e uns poucos helicópteros levavam alimentos e água potável para os naufragos da metrópole submersa.

Pessoas soterradas debaixo de barcos desabados, crianças tragadas pelas correntezas, homens mortos ao tentar salvar outros semelhantes que se afogavam. As histórias são inúmeras. São Paulo, cuja mancha urbana se estende por 90 Km (0,1% do território do país), concentra 11% da população brasileira. São 15 milhões de habitantes, dos quais mais de 8 milhões vivem em habitações sub-normais. São trabalhadores, que vivem de salários miseráveis. São estas as principais vítimas das cheias.

A FRIEZA DOS DADOS

O governador Franco Montoro ficou na defensiva diante da força das águas. "Em dois dias choveu mais do que em todo o mês de janeiro de 1986",

disse ele, argumentando que "as obras realizadas neste governo impediram que a catástrofe fosse maior". O prefeito Jânio Quadros, ébrio ante a possibilidade de ter alguns dividendos políticos com a desgraça do povo, tratou de jogar lama sobre o governador Montoro, e ainda comparou a cidade inundada com a bela Veneza.

Mas o que ficou mais uma vez evidenciado - uma evidência que nos encharca ano após ano - é que São Paulo não resiste às águas de janeiro. A Sabesp informou que a cidade enfrenta problema com 60 mm de chuva, e na madrugada de 26 de janeiro desabaram 193 mm de chuva torrencial - em três dias, foram mais de 300 mm. Mairiporã, Franco da Rocha, Guararema, Mogi das Cruzes, Jacareí, Itaquaquecetuba, Mauá, Suzano, Cajamar e Itapevi foram as regiões mais afetadas.

Quando a chuva finalmente parou, no fim da tarde de terça-feira, o drama dos desabrigados tinha continuidade. A procura por parentes desaparecidos. A preocupação em voltar logo para o barraco semi-destruído ou mesmo em vias de desabar, temendo a ação de piratas que saqueavam as moradias que submergiam das águas. A reconstrução do que foi destruído pela enchente.

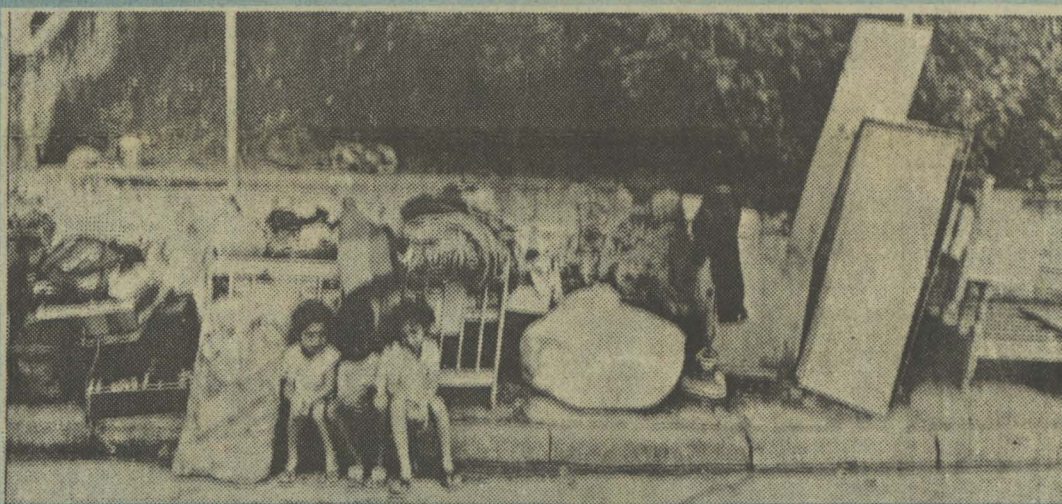
Os que lucram com enchentes

Tão certo como o dia após a noite são as enchentes na capital paulista. É um problema antigo - há mais de um século que a imprensa registra estas inundações -, mas nas últimas três décadas se agravou mais. Todo ano as autoridades prometem acabar com esta calamidade, mas quando as águas do rio Tietê invadem São Paulo, acabam jogando a culpa em São Pedro. As maiores vítimas são as famílias de baixa renda, que foram empurradas para as favelas ou loteamentos clandestinos existentes em locais inadequados para a moradia. Enquanto isso, todos lavam as mãos da responsabilidade. O governador Franco Montoro, na segunda-feira, 26, explicava as enchentes: "Ninguém é culpado. Foi uma precipitação pluviométrica como não se via há anos".

Por incrível que pareça, a questão das inundações na capital paulista já se encontra tecnicamente equacionada há 60 anos, sem nunca ser colocada em prática. Seria simples: represar as cabeceiras do Tietê, para controlar o fluxo das suas águas. Isso não foi feito e, absurdo, foi elevada a barragem Edgard de Souza, um pouco abaixo de São Paulo, levando o remanso de suas águas até a capital, exclusivamente para benefício da Light.

ERROS AGRAVAM ENCHENTES

O engenheiro Catullo Branco, um dos mais conceituados especialistas na área de energia elétrica e autor de



Na adversidade o calor humano começa cedo e ajuda a suportar a calamidade que os maltrata

um trabalho sobre as enchentes em São Paulo, demonstra que não é impossível domar as águas do Tietê. Segundo ele, em 1926 o engenheiro Saturnino de Brito apresentou à prefeitura da capital um projeto que previa o represamento do rio em suas cabeceiras, nas vizinhanças da serra do Mar, região com um dos mais altos níveis de pluviosidade do mundo.

Nesta época a Light solicitou e obteve do governo uma série de concessões para implantação de uma usina em Cubatão, se comprometendo em troca a represar o Alto Tietê - como previsto por Saturnino de Brito -, o que nunca cumpriu.

Em 1947 a companhia de eletricidade canadense conseguiu autorização para represar o Tietê à jusante de São Paulo, em Santana do Parnaíba, elevando a barragem Edgard de Souza. Foi uma medida absurda, pois com as águas represadas provocou o assoreamento do rio e o conseqüente agravamento das inundações. Tudo isso era indiferente para a Light, que apenas se preocupava em gerar mais energia e

assim ter mais lucros.

PALIATIVOS NÃO REVOLVEM

Porta-vozes da Light tentavam convencer a opinião pública que a melhor solução seria desobstruir os rios Tietê e Tamanduateí com dragas, sem no entanto mexer na barragem. Esta medida serve mais para encher os bolsos das empreiteiras - que há vários anos trabalham no desassoreamento do rio. Agora mesmo o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado irá repassar às empreiteiras 170 milhões de dólares para aprofundar o leito do Tietê. Depois da compra da Light pelo governo o lobby das empreiteiras pressionou para que a represa Edgard de Souza não fosse desativada.

A canalização dos córregos, limpeza de bueiros e galerias, como o desassoreamento dos rios não solucionam o problema se encontram uma barragem pela frente que impede a livre circulação das águas. Assim, o culpado não está nos céus, mas aqui em baixo mesmo.



Após a passagem das águas fica o rastro da tragédia. Quem paga os prejuízos?

Escolas sabotam o ensino e a economia popular

Os donos das 35 mil escolas particulares ameaçam adiar o início das aulas por não aceitar os índices fixados pelo MEC. O governo se mantém impassível diante desta coação empresarial. Os estudantes - os maiores prejudicados - exigem medidas enérgicas contra o locaute e dizem que ocuparão os estabelecimentos de ensino que não abrirem as portas.

A iniciativa privada controla uma considerável fatia do ensino no Brasil, de onde sempre retirou altas taxas de lucros com as mensalidades cobradas de quase 5 milhões de alunos. No dia 22 de janeiro a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) anunciou uma decisão inédita: as escolas privadas não irão reiniciar suas aulas, enquanto o governo não conce-

der um índice maior nos reajustes das mensalidades escolares.

Tal medida, se colocada realmente em prática, se caracterizará como uma afronta às leis e um desrespeito aos milhões de alunos que frequentam suas salas de aula. O governo, que joga seus tanques nas ruas e usa cadeia nacional de rádio e TV quando os trabalhadores fazem uma greve pacífica, fecha os olhos à este tipo de coação empresarial. Em recente visita à São Paulo o ministro da Educação, Jorge Bornhausen, declarou que seu ministério não planeja tomar medidas punitivas para quem participar do locaute "pois acredito no bom senso das pessoas".

REAÇÃO AO LOCAUTE

Se as autoridades estão complacentes com este tipo de coação, o mesmo não acontece com os estudantes, os

maiores prejudicados nesta questão. A UNE, por exemplo, está orientando todas as entidades estudantis para que ocupem as escolas que não abrirem suas portas no início do ano letivo. "Os donos de escolas obtêm lucros altíssimos" - diz Gisela Mendonça, presidenta da UNE - "e é um absurdo que permaneçam impunes por estes abusos".

As escolas pleiteiam do governo um aumento superior a 100% em suas mensalidades e o Ministério da Educação fixou o índice de reajuste para o 1º semestre em até 55% - 35% permitidos diretamente pelo MEC e sobre eles mais 15% que cada escola pode negociar com os pais de alunos. Para o presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), Rovilson Brito, "esse aumento de 35%

já é abusivo e foi tomado de forma autoritária, não levando em consideração as questões que nós levantamos". No próximo dia 6 a UBES fará uma reunião em sua sede de São Paulo com todos os representantes das entidades de escolas particulares para decidir as medidas que tomarão. Uma das propostas é recolher todos os carnês que estiverem com preços das mensalidades acima de 35%.

CHORO PELO SUBSÍDIO

A Igreja, que tem uma das maiores redes de ensino particular do país, está fazendo uma tremenda pressão para que o governo conceda subsídios às suas escolas, já tendo inclusive organizado um lobby para atuar neste sentido na Constituinte. O vice-presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), arcebispo d. Benedito

Ulhoa Vieira, afirmou que o aumento dado pelo governo "é inaceitável". Desconhece assim o clamor dos milhares de estudantes que ficarão sem estudar por não poder pagar as altas taxas de mensalidade.

O professorado tem se posicionado contra o locaute das escolas e como os estudantes, também é vítima dos empresários da educação, que pagam salários miseráveis. Em vários Estados os professores estão se mobilizando na campanha salarial. O presidente do Sindicato dos Professores de São Paulo, José Leopoldino de Azevedo, diz que estão reivindicando 100% de aumento. "Não queremos saber se os donos de escolas terão ou não mais de 35% de reajuste nas mensalidades. Na verdade eles já ganharam muito dinheiro às nossas custas e nunca dividiram com a gente".